

## TECENDO A MEMÓRIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA A INTEGRAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA E DE LITERATURA VIA HISTÓRIA ORAL E TESTEMUNHO

WEAVING MEMORY: THEORETICAL FOUNDATIONS FOR THE INTEGRATION OF HISTORY AND LITERATURE TEACHING THROUGH ORAL HISTORY AND TESTIMONY

TEJIENDO LA MEMORIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA LA INTEGRACIÓN DE LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA Y LA LITERATURA A TRAVÉS DE LA HISTORIA ORAL Y EL TESTIMONIO

Denise da Silva de Oliveira<sup>1</sup>  
Marilu Martens Oliveira<sup>2</sup>

**RESUMO:** fundamentos teóricos para a integração do ensino de História e de Literatura são propostos a partir da articulação entre História Oral, testemunho literário e a perspectiva da subjetividade leitora. Diante do reconhecimento de que as fronteiras disciplinares entre História e Literatura têm se mostrado cada vez mais permeáveis, especialmente no que tange ao trabalho com memória e narrativas testemunhais, busca-se sistematizar princípios orientadores que sustentem práticas pedagógicas integradas. A pesquisa, de natureza teórico-bibliográfica, articula contribuições dos Estudos da Memória, da História Oral, da Teoria da Literatura e da Mediação Literária para evidenciar as potencialidades epistemológicas e ético-políticas dessa aproximação disciplinar. Como resultados, delineiam-se convergências metodológicas entre História Oral e testemunho literário, discute-se a subjetividade leitora como categoria analítica fundamental para a compreensão do regime testemunhal e sistematizam-se implicações didáticas para o trabalho com narrativas de memória no contexto escolar. Conclui-se que a integração entre esses campos oferece ferramentas conceituais robustas para repensar práticas de ensino que envolvam memória, identidade e experiência vivida.

**Palavras-chave:** Ensino de História. Ensino de Literatura. História Oral. Testemunho. Memória. Mediação Literária.

**ABSTRACT:** Theoretical foundations for integrating the teaching of History and Literature are proposed through the articulation of Oral History, literary testimony, and the perspective of reader subjectivity. Given the recognition that disciplinary boundaries between History and Literature have become increasingly permeable—especially regarding work with memory and testimonial narratives—guiding principles are systematized to support integrated pedagogical practices. This theoretical-bibliographic study brings together contributions from Memory Studies, Oral History, Literary Theory, and Literary Mediation to highlight the epistemological and ethico-political potential of this disciplinary rapprochement. As results, methodological convergences between Oral History and literary testimony are outlined, reader subjectivity is discussed as an analytical category fundamental to understanding the testimonial regime, and didactic implications are systematized for working with memory narratives in school contexts. It is concluded that the integration of these fields offers robust conceptual tools for rethinking teaching practices involving memory, identity, and lived experience.

**Keywords:** History Teaching. Literature Teaching. Oral History. Testimony. Memory. Literary Mediation.

<sup>1</sup>Doutora em Estudos da Linguagem. Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Docente da Faculdade Cristo Rei (FACCRI).

<sup>2</sup>Doutora em Letras – Literatura e Vida Social. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

**RESUMEN:** Se proponen fundamentos teóricos para la integración de la enseñanza de la Historia y la Literatura a partir de la articulación entre la Historia Oral, el testimonio literario y la perspectiva de la subjetividad lectora. Ante el reconocimiento de que las fronteras disciplinares entre Historia y Literatura se han mostrado cada vez más permeables, especialmente en lo que respecta al trabajo con la memoria y las narrativas testimoniales, se busca sistematizar principios orientadores que sustenten prácticas pedagógicas integradas. La investigación, de naturaleza teórico-bibliográfica, articula aportes de los Estudios de la Memoria, de la Historia Oral, de la Teoría de la Literatura y de la Mediación Literaria para evidenciar las potencialidades epistemológicas y ético-políticas de esta aproximación disciplinar. Como resultados, se delinearán convergencias metodológicas entre Historia Oral y testimonio literario, se discute la subjetividad lectora como categoría analítica fundamental para la comprensión del régimen testimonial y se sistematizan implicaciones didácticas para el trabajo con narrativas de memoria en el contexto escolar. Se concluye que la integración entre estos campos ofrece herramientas conceptuales robustas para repensar prácticas de enseñanza que involucren memoria, identidad y experiencia vivida.

**Palabras clave:** Enseñanza de Historia. Enseñanza de Literatura. Historia Oral. Testimonio. Memoria. Mediación Literaria.

## I INTRODUÇÃO

A memória é o único paraíso do qual não podemos ser expulsos<sup>3</sup> (Richter, 1812, p. 29).

A investigação aqui apresentada emerge do campo de tensões e possibilidades que se configura na interseção entre o ensino de História, o ensino de Literatura e os estudos sobre memória. Diante de um cenário educacional marcado por demandas cada vez mais complexas relacionadas à formação crítica de estudantes, torna-se imperativo repensar as fronteiras disciplinares que, historicamente, separaram campos do saber que apresentam notáveis afinidades epistemológicas.

O presente artigo decorre do projeto de pesquisa elaborado para um estágio Pós-Doutorado, em desenvolvimento na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), intitulado “Ensino de Literatura e de História: as duas faces da mesma moeda”, voltado a investigar possibilidades de integração entre esses campos a partir de narrativas de memória. No âmbito desse projeto, tais narrativas são compreendidas em perspectiva ampliada, mobilizando entrevistas com sujeitos sociais de Cornélio Procopio/PR, bem como materiais escritos e iconográficos (jornais, livros, fotografias, entre outros), de modo a articular experiência vivida, registros documentais e práticas de leitura.

---

<sup>3</sup> “Die Erinnerung ist das einzige Paradies, aus welchem wir nicht getrieben werden können” (Tradução nossa).

No interior desse empreendimento mais amplo, o texto constitui um recorte teórico-conceitual dedicado a sistematizar fundamentos para a articulação entre três eixos centrais: a História Oral, compreendida como metodologia de pesquisa e como prática pedagógica de escuta; o testemunho, aqui focalizado em sua dimensão literária, tomado como regime discursivo que tensiona as relações entre experiência, memória e narratividade; e a mediação literária, entendida como processo de construção de sentidos atravessado pela subjetividade leitora. Assim, embora o projeto pressuponha a triangulação entre fontes orais e materiais documentais, este artigo privilegia a elaboração do quadro de referência que orienta escolhas metodológicas e didáticas da investigação em curso, deixando para desdobramentos posteriores a apresentação e a análise empírica do acervo e dos relatos mobilizados.

A justificativa para essa integração reside no reconhecimento de que tanto a História quanto a Literatura trabalham, em seus âmbitos específicos, com narrativas que articulam passado e presente, experiência individual e memória coletiva, fatos e representações. Como observa Philippe Joutard (2007), reconciliar história e memória não é apenas um desafio metodológico, mas uma necessidade ética para compreender o passado em sua complexidade. Ademais, as práticas de leitura e escrita de testemunhos, sejam eles factuais ou literários, especialmente aqueles relacionados a experiências extremas como o Holocausto, têm-se configurado como espaços privilegiados para o exercício da empatia, do julgamento moral e da reflexão sobre as possibilidades e os limites da representação.

O objetivo geral deste artigo é propor fundamentos teóricos para a integração do ensino de História e de Literatura a partir da articulação entre História Oral, testemunho literário e a perspectiva da subjetividade leitora, evidenciando as potencialidades epistemológicas e ético-políticas dessa aproximação disciplinar para o trabalho com memória no contexto escolar.

Para tanto, delineiam-se os seguintes objetivos específicos:

- a. Analisar as convergências epistemológicas entre História Oral e testemunho literário, identificando aproximações metodológicas e distinções conceituais pertinentes ao trabalho integrado no contexto escolar;
- b. Discutir a subjetividade leitora como categoria analítica fundamental para a compreensão do regime testemunhal e da mediação literária, articulando contribuições da teoria da recepção e dos estudos de leitura;
- c. Sistematizar princípios orientadores para o trabalho integrado com narrativas de memória no ensino de História e de Literatura, considerando especificidades de cada área;

d. Refletir sobre as implicações ético-políticas da escuta e da leitura de testemunhos, problematizando questões relacionadas à voz, ao silêncio e à responsabilidade do educador.

A estrutura do artigo contempla, inicialmente, a delimitação dos campos da História e da Literatura e a problematização de suas fronteiras; segue com a discussão sobre memória coletiva como tecido articulador entre as áreas; explicita os procedimentos teórico-bibliográficos adotados; desenvolve a análise das práticas narrativas complementares da História Oral e do testemunho literário; introduz a mediação literária e a subjetividade leitora como expansão do campo testemunhal; sistematiza as implicações didáticas e encerra com considerações que apontam para potenciais desenvolvimentos empíricos da pesquisa.

## 2 DELIMITANDO OS CAMPOS E O IMPERATIVO DA INTEGRAÇÃO

O passado nunca está morto. Na verdade, nem sequer é passado (Faulkner, 1958, p. 107).

A delimitação dos campos de História e Literatura constitui empreitada complexa, uma vez que ambas as áreas compartilham objetos de estudo que vão além das fronteiras disciplinares tradicionalmente estabelecidas. Não obstante as diferenças epistemológicas que as distinguem, com a História pautada na pretensão de verificabilidade e a Literatura operando sob regimes ficcionais, ambas se ocupam de narrativas que articulam tempo, experiência e memória.

A História, como disciplina científica, consolidou-se sobre o paradigma documental, privilegiando fontes escritas oficiais e estabelecendo critérios rigorosos de verificação e comprovação. Essa configuração, embora tenha conferido à História status de ciência, também lhe impôs limites significativos, especialmente no que tange à incorporação de vozes marginalizadas, experiências subalternizadas e formas de memória não hegemônicas. Em “Sobre o conceito de história”, Walter Benjamin (1994a, p. 225) afirma que “[...] todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão”, evidenciando como o passado, quando narrado sob a lógica do triunfo, tende a marginalizar os vencidos e a obscurecer as marcas que ele inscreve no presente.

Essa crítica ao modo como o passado é narrado articula-se, ainda em Benjamin (1994b), a um diagnóstico mais amplo sobre as condições modernas de transmissibilidade da experiência. Em “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, o autor

problematiza o enfraquecimento da experiência compartilhável (*Erfahrung*), diante da prevalência da informação fragmentária e descontextualizada, o que reduz a capacidade de atribuir sentido aos acontecimentos. Nesse sentido, a revalorização das práticas narrativas, tanto na História Oral quanto na literatura de teor testemunhal, pode ser compreendida como tentativa de restabelecer vínculos entre acontecimento e significação, favorecendo uma aprendizagem mais implicada e humanizada da história.

Nesse sentido, a revalorização das práticas narrativas, tanto na História Oral quanto na literatura de teor testemunhal, pode ser compreendida como tentativa de restabelecer vínculos entre acontecimento e significação, favorecendo uma aprendizagem mais implicada e humanizada da história. Essa inflexão dialoga, ainda, com deslocamentos historiográficos promovidos pela chamada “Nova História”, no âmbito da Escola dos Annales, que ampliou os objetos de investigação histórica para além da política e dos grandes homens, incorporando o cotidiano, as mentalidades e as estruturas sociais de longa duração. Ao deslocar o olhar para sujeitos comuns e para experiências historicamente marginalizadas, tal perspectiva contribui para compreender por que narrativas de memória, orais e literárias, adquirem centralidade: elas permitem acessar dimensões do passado que dificilmente emergem em fontes oficiais, ao mesmo tempo em que evidenciam as disputas de sentido envolvidas na produção do conhecimento histórico (Le Goff; Nora, 1976).

5

Por sua vez, a Literatura, especialmente aquela que se configura como testemunho ou memorialística, opera com um regime de verdade diferente, mas não menos legítimo. A obra de Primo Levi (1988), por exemplo, embora se apresente como testemunho de experiências vividas no campo de concentração de Auschwitz, vai além da documentação para configurar-se como literatura de densidade ética. Nesse sentido, a Literatura oferece à História modos de acesso ao passado que a documentação oficial não permite, articulando dimensões afetivas, subjetivas e imaginárias da experiência histórica.

A integração entre esses campos no contexto educacional decorre de múltiplos fatores. Primeiramente, da constatação de que a separação disciplinar rígida não corresponde à complexidade dos processos de conhecimento e de formação humana. O estudante que lê um testemunho literário sobre determinado período histórico não está apenas exercitando competências literárias, mas também construindo compreensões históricas. Da mesma forma, aquele que investiga um tema histórico por meio da História Oral engaja-se em práticas de

escuta, interpretação e análise narrativa que dialogam diretamente com repertórios mobilizados no ensino de Literatura.

Além disso, as demandas contemporâneas por uma educação que forme cidadãos críticos e conscientes de sua historicidade exigem abordagens que articulem conhecimentos de maneira transversal. O trabalho com memória, testemunho e narrativas de experiência oferece campo fértil para essa integração, na medida em que exige do educador competências tanto históricas quanto literárias, bem como sensibilidade para as questões éticas que permeiam qualquer prática de escuta e leitura.

Diante desse panorama, propõe-se que a integração entre História e Literatura no trabalho com memória não se configure como justaposição de conteúdos, mas como articulação profunda entre formas de conhecimento que se complementam e enriquecem mutuamente. Essa integração, como se verá nas seções seguintes, encontra na memória coletiva um eixo articulador fundamental.

### 3 MEMÓRIA COLETIVA: O TECIDO CONECTOR

[...] só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais corrente do pensamento coletivo (Halbwachs, 1990, p. 36).

A memória pode constituir-se como categoria analítica central para a compreensão das relações entre História e Literatura, funcionando como eixo que permite articular experiências individuais, narrativas coletivas e construções identitárias. Nessa seção, delineiam-se fundamentos teóricos que sustentam o trabalho com memória no contexto educacional, privilegiando as contribuições dos Estudos da Memória como campo interdisciplinar voltado a compreender não apenas o conteúdo do que se lembra, mas as condições sociais, éticas e discursivas pelas quais o passado se torna inteligível no presente.

Para Maurice Halbwachs (1990), essa inteligibilidade é inseparável dos quadros sociais que estruturam a lembrança. Ao contrariar concepções individualistas e psicologizantes, o autor demonstra que a memória não opera isoladamente na consciência, mas se organiza por matrizes coletivas que orientam o que pode ser lembrado e como as lembranças se articulam. Famílias, grupos religiosos, pertencimentos de classe, nacionalidades e outras formas de sociabilidade funcionam como referências por meio das quais o indivíduo se localiza no tempo e atribui sentido ao vivido. Nesse quadro, lembrar é sempre lembrar “com” e “a partir de”

coletividades: a memória individual aparece, então, como um ponto de vista situado da memória coletiva, e não como instância autossuficiente.

Essa ênfase nos quadros sociais da memória permite compreender por que ela não é apenas um depósito do passado, mas um processo continuamente reconfigurado nas disputas de sentido do presente. É justamente nesse ponto que a contribuição de Paul Ricoeur (2007) adensa a discussão ao introduzir a dimensão ética do lembrar: se Halbwachs evidencia a constituição social da memória, Ricoeur insiste na sua vulnerabilidade e na necessidade de submetê-la a um crivo de responsabilidade. Ao articular memória, história e esquecimento, o filósofo evidencia que recordar é uma operação atravessada por riscos, seja o apagamento (o esquecimento que faz desaparecer), seja a deformação (o abuso e a manipulação), seja ainda a fixação que impede o trabalho de elaboração. Assim, a memória coletiva, embora socialmente estruturada, não se legitima por si mesma: precisa ser interrogada quanto às formas de justiça que produz, às exclusões que opera e aos silêncios que impõe.

Essa tensão, entre a memória como pertencimento (Halbwachs, 1990) e a memória como responsabilidade (Ricoeur, 2007) torna-se ainda mais visível quando se observa o modo como o passado circula publicamente nas culturas contemporâneas. É aqui que Andreas Huyssen (2000) amplia o horizonte, ao problematizar a centralidade atual da memória em museus, monumentos, políticas comemorativas e mercados culturais. Se, por um lado, esse *boom* memorialístico pode indicar uma busca legítima por ancoragem identitária e por elaboração de perdas, por outro, pode conduzir à museificação do passado, neutralizando sua dimensão crítica e transformando o sofrimento em objeto de consumo. Huyssen tensiona, portanto, o entusiasmo memorial: nem toda rememoração é, por si, emancipatória; certas formas de lembrar podem produzir esquecimento seletivo, estetização do trauma e conforto moral.

Esse alerta dialoga diretamente com a questão do testemunho, sobretudo quando se trata de memórias de violência e trauma. Se a memória é socialmente moldada (Halbwachs, 1990), se exige responsabilidade e justiça (Ricoeur, 2007) e se hoje se encontra submetida a riscos de banalização pública (Huyssen, 2000), torna-se decisivo perguntar: como narrar o passado de modo a preservar sua densidade ética sem reduzi-lo a documento frio nem a mercadoria afetiva? Nesse ponto, a reflexão de Jeanne Marie Gagnebin (2006) oferece uma chave de mediação ao tratar da especificidade do testemunho e de sua relação com a verdade. Para a autora, a literatura testemunhal não se confunde com a documentação histórica, mas tampouco se dissolve na ficção pura; ela instaura um regime de verdade próprio, no qual a narração faz acontecer no

presente uma experiência do passado e convoca o leitor a uma relação ética com o narrador e com o acontecimento narrado. Assim, o testemunho não é apenas “tema” ou “conteúdo” de memória: é forma, endereçamento e responsabilidade, um modo de dizer que envolve, simultaneamente, voz, silêncio e limites da representação.

Ao aproximar esses aportes, é possível compreender a memória coletiva como um campo de forças em que se articulam pertencimento, ética e disputa pública de sentidos. Halbwachs (1990) ajuda a perceber que toda lembrança é atravessada por quadros sociais; Ricoeur (2007) adverte que lembrar implica responsabilidade, justiça e vigilância contra abusos; Huyssen (2000) mostra que as culturas da memória podem tanto abrir espaço para a crítica quanto neutralizá-la; e Gagnebin (2006) explicita que, no regime testemunhal, a verdade se joga na forma e na relação ética instaurada entre quem narra e quem recebe a narração. Desse conjunto, emerge uma consequência decisiva para a integração entre História e Literatura: trabalhar com memória não é apenas “resgatar” o passado, mas interrogar as condições de sua narrabilidade, seus enquadramentos sociais e seus efeitos no presente.

No contexto escolar, esse enquadramento teórico desloca o trabalho com memória coletiva para além da transmissão de informações. Ao escutar narrativas de sujeitos sociais da comunidade, ao produzir registros de História Oral ou ao ler testemunhos literários, os estudantes se envolvem em práticas interpretativas que exigem situar temporalmente acontecimentos, reconhecer perspectivas sociais distintas, analisar como as memórias são construídas e transmitidas e desenvolver uma escuta/leitura eticamente implicada diante de experiências-limite. Desse modo, a memória coletiva opera como tecido conector entre História e Literatura porque ativa, simultaneamente, a compreensão do passado e a reflexão sobre as formas narrativas que o tornam comunicável, articulando experiência e representação, individual e coletivo, lembrança e responsabilidade.

Nesse sentido, as práticas específicas de cada campo, a História Oral e o testemunho literário, embora distintas em seus procedimentos, compartilham uma base comum: ambas trabalham com narrativas que atualizam o passado no presente, expõem disputas de sentido e exigem do leitor/ouvinte uma postura ética diante do outro. É essa base, sustentada pelos aportes discutidos, que torna a memória um operador privilegiado para a integração didática entre História e Literatura.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo configura-se como pesquisa teórico-bibliográfica, de natureza qualitativa, cujo objetivo é sistematizar fundamentos conceituais para a integração do ensino de História e de Literatura via História Oral e testemunho literário. Diante do caráter eminentemente teórico do artigo, que visa estabelecer bases epistemológicas para futuras investigações empíricas, os procedimentos metodológicos aqui descritos referem-se às estratégias de construção do conhecimento teórico e às fontes mobilizadas.

A pesquisa teórico-bibliográfica, conforme demonstram Marconi e Lakatos (2019), fundamenta-se no levantamento, análise e articulação de produções acadêmicas pertinentes ao tema investigado. No caso específico deste estudo, o levantamento bibliográfico abrangeu quatro grandes campos de conhecimento:

- a. Estudos da Memória, com ênfase nas obras clássicas de Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur, Andreas Huyssen e Jeanne Marie Gagnebin.
- b. História Oral, considerando as contribuições de Alessandro Portelli, Philippe Joutard e outros representantes dessa tradição metodológica.
- c. Teoria do Testemunho e Estudos sobre o Holocausto, com destaque para Giorgio Agamben, Primo Levi e Márcio Seligmann-Silva.
- d. Teoria da Literatura e Mediação Literária, articulando contribuições da pesquisa de Denise da Silva de Oliveira sobre subjetividade leitora.

O procedimento de análise das fontes seguiu método hermenêutico-dialético, buscando não apenas descrever as contribuições isoladas de cada autor, mas articular diálogos entre diferentes tradições teóricas. Essa estratégia permitiu identificar convergências e tensões entre os campos, possibilitando a construção de um quadro conceitual integrado. Como destaca Chizzotti (2015), a pesquisa qualitativa em educação exige do investigador capacidade de movimentação entre diferentes registros teóricos, construindo compreensões que transcendam a mera compilação de fontes.

A análise das contribuições seguiu eixos temáticos previamente estabelecidos, correspondentes às seções do artigo: fundamentos da memória coletiva; convergências entre História Oral e testemunho literário; mediação literária e subjetividade leitora; implicações didáticas. Para cada eixo, buscou-se identificar os principais conceitos, as principais tensões teóricas e as potencialidades para o trabalho integrado no contexto escolar.

A escolha por apresentar, neste momento, um artigo de natureza exclusivamente teórica justifica-se pela necessidade de construção de fundamentação epistemológica robusta antes do desenvolvimento de práticas empíricas. Como bem observam Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa em educação beneficia-se de fundamentação teórica sólida que oriente não apenas a análise dos dados, mas o próprio desenho da investigação.

## 5 HISTÓRIA ORAL E LITERATURA DE TESTEMUNHO: PRÁTICAS NARRATIVAS COMPLEMENTARES

[...] a história oral é uma arte, além da de escutar, de relação: da relação entre a pessoa entrevistada e a pessoa que entrevista (diálogo); a relação entre o presente sobre o qual se fala e o passado do qual se fala (memória); a relação entre o público e o privado, a autobiografia e a história; a relação entre oralidade (da fonte) e escrita (do historiador) (Portelli, 2017, p. 184).

A História Oral e a literatura de testemunho, embora pertençam a campos disciplinares distintos, apresentam afinidades epistemológicas e metodológicas que as tornam práticas narrativas complementares no contexto educacional. Ambas trabalham com narrativas de experiência, articulam dimensões individuais e coletivas da memória e problematizam as relações entre passado e presente, entre vivido e narrado. Em vez de compreendê-las como modalidades concorrentes, esta seção as toma como práticas que, em diálogo, ampliam o campo do testemunhável e oferecem ferramentas conceituais e didáticas para integrar o ensino de História e de Literatura.

Na obra *História oral: memória, tempo, identidades*, Lucilia de Almeida Neves Delgado (2010) ajuda a fixar um ponto de partida decisivo: História Oral não é “[...] a história vivida”, mas “[...] o registro de depoimentos sobre essa história vivida” (Delgado, 2010, p. 23). Ao defini-la como um procedimento metodológico voltado à construção de fontes e documentos a fim de poder registrar testemunhos, versões e interpretações, a autora delimita seu estatuto: o que chega ao pesquisador e ao estudante é uma experiência narrada, construída em linguagem e atravessada por mediações. Essa delimitação é crucial para aproximar História Oral e literatura de testemunho, pois, em ambos os casos, o núcleo não é a promessa de acesso direto ao passado, mas a análise de como o vivido se torna narrável, compartilhável e socialmente significativo.

É precisamente aqui que a contribuição de Alessandro Portelli (1997) adensa a discussão e permite avançar para além de uma compreensão “instrumental” da fonte oral. Ao enfatizar que a História Oral não deve ser reduzida a preencher lacunas documentais, Portelli desloca o foco para aquilo que as narrativas revelam como sentido, valor e interpretação. Não se trata

apenas de “o que aconteceu”, mas do modo como as pessoas organizam o acontecido em narrativa, negociam coerências, justificam escolhas, elaboram perdas e formulam julgamentos.

Por isso, a fonte oral exige uma escuta analítica que considere não só o conteúdo informacional, mas a forma do relato, suas ênfases, seus ritmos, seus silêncios, suas metáforas e seus deslocamentos. Esse regime de atenção aproxima a História Oral de procedimentos da análise literária e, de modo especial, da leitura de testemunhos literários: em ambos os casos, forma e conteúdo são inseparáveis, e a verdade do testemunho não se mede apenas por “correspondência factual”, mas também pelo que a narrativa torna inteligível sobre a experiência humana e histórica.

A questão do tempo reforça essa convergência. Delgado (2010) formula de maneira sintética a temporalidade própria do depoimento ao afirmar: “Fala-se em um tempo sobre um outro tempo” (Delgado, 2010, p. 36). Esse deslocamento temporal ajuda a compreender que toda narrativa testemunhal é uma construção presente sobre o passado: o depoimento nasce no agora, sob determinadas linguagens, afetos e demandas, e por isso carrega marcas do presente de enunciação. Portelli (1997) aprofunda essa chave ao insistir que o “valor” da fonte oral não está em reproduzir um passado intacto, mas em tornar visíveis os modos pelos quais sujeitos e grupos interpretam o passado a partir de suas condições históricas atuais. Assim, passado e presente não aparecem como polos separados, mas como camadas em interação: lembrar é reordenar; narrar é dar forma; testemunhar é produzir sentido no interior de uma relação.

Nesse ponto, a memória torna-se eixo estruturante para pensar a complementaridade com a literatura de testemunho. Se, na entrevista, lembranças podem emergir por aproximação, por desvio, por silêncio, por repetição ou por esquecimento, no texto literário testemunhal esses mesmos movimentos aparecem como marcas do limite de dizibilidade, sobretudo quando se trata de violência e trauma. Em ambos os casos, o silêncio não é mero vazio: pode ser indício, proteção, recusa, interdito, ou sinal de que a experiência excede a linguagem disponível. A escuta/leitura do testemunho, portanto, não pode ser pautada apenas por checagem de informações; exige sensibilidade para a materialidade narrativa e para seus efeitos éticos.

A literatura de testemunho explicita essa dimensão ético-política ao articular experiência vivida e elaboração discursiva, frequentemente diante de eventos-limite. Os debates dos Estudos do Holocausto, com contribuições como as de Giorgio Agamben (2008) e Márcio Seligmann-Silva (2003, 2008, 2009, 2010), evidenciam que testemunhar confronta os limites da representação e convoca uma ética da recepção: ler testemunho não é consumir

“conteúdo”, mas sustentar uma escuta/leitura capaz de reconhecer o outro e sua dor sem transformar o trauma em espetáculo ou em dado neutro. A obra *É isso um homem?*, de Primo Levi (1988), conforme já exposto, é exemplar: ao narrar Auschwitz, Levi não apenas informa; ele constrói uma forma que interpela o leitor, exige atenção ao modo de narrar e produz uma convocação moral. Aqui, a aproximação com Portelli (1997) é produtiva: assim como a fonte oral deve ser lida/escutada como narrativa situada, em que a forma carrega sentidos, o testemunho literário também solicita uma leitura que perceba estratégias discursivas, tons, interrupções e escolhas formais como parte do próprio conteúdo histórico e ético.

Dessa forma, a complementaridade entre História Oral e testemunho literário pode ser sistematizada em três eixos principais. Primeiro, ambas se fundam em narrativas de experiência que articulam dimensões individuais e coletivas: depoimentos e testemunhos partem de sujeitos concretos, mas se ligam a processos sociais, culturais e políticos mais amplos. Segundo, ambas operam sob temporalidades cruzadas: o passado é narrado no presente, e essa mediação não é um “problema” a eliminar, mas uma condição a interpretar. Terceiro, ambas exigem um regime específico de escuta/leitura: considerar forma, contexto, afetos e silêncios, sustentando uma postura ética diante do outro. Nesse quadro, permanece central a ideia de Delgado (2010) de que a História Oral é produção de fontes e não “o vivido em estado bruto”; mas é com Portelli (1997) que se adensa a consequência interpretativa dessa premissa: a narrativa, em sua forma, é parte constitutiva do sentido histórico e do valor testemunhal.

12

No contexto educacional, essas convergências oferecem potencialidades significativas para o trabalho integrado entre História e Literatura. Quando estudantes escutam entrevistas de História Oral sobre determinado período e leem testemunhos literários sobre o mesmo contexto, exercitam competências que atravessam as duas áreas: análise narrativa, compreensão das relações entre fato, memória e representação, leitura crítica do lugar de fala e das condições de produção do relato, além do desenvolvimento de sensibilidade ética para a escuta/leitura da alteridade. Ao mesmo tempo, aprendem que depoimento e testemunho não “substituem” o trabalho histórico e literário, mas o complexificam: colocam em cena como sujeitos dão forma ao vivido, como o passado retorna em narrativas e como o ato de narrar (e de escutar/ler/ver) produz conhecimento e responsabilidade.

## 6 MEDIAÇÃO LITERÁRIA E SUBJETIVIDADE LEITORA: EXPANSÃO DO CAMPO TESTEMUNHAL

A mediação literária constitui-se como campo teórico-prático que investiga os processos de produção, circulação e recepção de textos literários, com especial atenção para as dimensões subjetivas e sociais que atravessam esses processos. No contexto deste artigo, a mediação literária emerge como categoria fundamental para compreender como os testemunhos literários produzem sentidos e efeitos de sentido na experiência de leitura, ampliando o campo testemunhal para além da mera transmissão de informações. Trata-se, portanto, de reconhecer que o testemunho literário não se esgota no que “diz” sobre um acontecimento, mas no modo como convoca o leitor e reorganiza sua percepção, sua memória e sua posição ética diante do narrado.

A investigação de Denise da Silva de Oliveira (2024), desenvolvida no âmbito de seu doutorado em Estudos da Linguagem, oferece contribuições significativas para essa discussão. A autora investiga as relações entre mediação literária e subjetividade leitora, problematizando como os processos de leitura envolvem não apenas a decodificação de textos, mas a construção de sentidos que articulam experiências, memórias e identidades dos leitores. Para a pesquisadora, a leitura configura um ato de mediação no qual o sujeito leitor mobiliza seus repertórios para construir compreensões que transcendem o texto escrito:

[...] o texto se transforma em um espaço de encontro e interação, onde o sujeito tem a oportunidade de confrontar e reestruturar sua própria subjetividade. Esse processo facilita a reflexão sobre a identidade e a posição do indivíduo no mundo, tornando a leitura uma experiência profundamente significativa e transformadora (Oliveira, 2024, p. 31).

Essa perspectiva é particularmente relevante para o trabalho com testemunhos literários. Quando lemos um texto, não estamos apenas recebendo informações sobre a experiência do autor; estamos engajados em um processo de mediação que envolve nossos repertórios culturais, nossos horizontes de expectativa, nossas capacidades empáticas e nossa disposição ética diante de uma narrativa-limite. O testemunho literário, nesse sentido, não existe como texto isolado: ele se realiza na experiência de leitura e na relação que se estabelece entre texto e leitor, exigindo condições de recepção que favoreçam não apenas a compreensão histórica, mas também a elaboração humana do que é narrado.

A subjetividade leitora, como categoria analítica, permite compreender que diferentes leitores produzem diferentes leituras do mesmo texto, mobilizando repertórios distintos e construindo sentidos diversos. Essa pluralidade, contudo, não implica relativismo absoluto. A

leitura envolve um regime de relação com o texto que é simultaneamente cognitivo, afetivo e social; por isso, sua complexidade impede reduções simplificadoras, uma vez que “[...] a leitura é uma atividade muito complexa, que não poderia ser reduzida a um aspecto” (Petit, 2009, p. 182–183).

No campo do testemunho, essa complexidade ganha densidade ético-política: textos atravessados por violência e trauma exigem do leitor uma forma específica de escuta, uma disponibilidade ética para o encontro com o outro em sua diferença, sem apropriação indevida da dor alheia e sem neutralização do impacto do narrado. Nessa direção, a mediação literária não atua apenas como “ponte” informativa (contextualização histórica e cultural), mas como prática que cuida das condições de recepção e dos efeitos produzidos na experiência leitora, sobretudo quando se trata de narrativas que mobilizam sofrimento, injustiça e desumanização. Em contextos assim, a leitura pode demandar acompanhamento e elaboração compartilhada, o que reforça a importância de mediadores enquanto “[...] profissionais da escuta” (Petit, 2009, p. 115).

A contribuição de Michel de Certeau (1994) sobre a prática da vida cotidiana é iluminadora para essa discussão. Para o autor, a leitura constitui-se como prática de apropriação por meio da qual o sujeito mobiliza textos de maneira criativa, construindo sentidos que não estão dados de antemão. O leitor é, nessa perspectiva, produtor de sentidos, não mero consumidor de conteúdos. Essa compreensão da leitura como prática produtiva é fundamental para o trabalho com testemunhos no contexto educacional, pois evidencia que a recepção do texto testemunhal envolve escolhas interpretativas, afetos, deslocamentos e tensões que precisam ser reconhecidos e trabalhados pedagogicamente, especialmente quando estão em jogo memórias dolorosas e experiências de violência.

No âmbito específico da educação literária, a mediação assume papel central. O educador que propõe a leitura de testemunhos literários aos estudantes engaja-se em uma prática de mediação que envolve: a seleção de textos adequados; a contextualização histórica e social dos testemunhos; a problematização das questões éticas que atravessam a leitura; o acolhimento das respostas subjetivas dos estudantes; e a articulação entre a experiência de leitura e outras dimensões do currículo. Ao lidar com textos testemunhais, a mediação deve também criar espaços de fala e escuta, sustentando uma leitura responsável que reconheça a singularidade das reações dos leitores sem diluir a gravidade do relato e a alteridade de quem testemunha.

A integração entre mediação literária e História Oral no contexto escolar oferece potencialidades significativas. Quando estudantes, após lerem testemunhos literários sobre determinado período histórico, realizam entrevistas com familiares ou membros da comunidade a respeito de suas experiências de vida, articulam duas formas de mediação: a leitura de textos escritos e a escuta de narrativas orais. Essa articulação amplia o campo testemunhal, permitindo que os estudantes compreendam que a memória se transmite por múltiplos canais e que diferentes formas de narrativa exigem diferentes modos de escuta. Desse modo, ao aproximar testemunho literário e História Oral, a escola pode favorecer práticas integradas de ensino que mobilizem memória, identidade e experiência vivida, contribuindo para uma formação que reconheça a dimensão humana do conhecimento histórico e literário.

## 7 IMPLICAÇÕES DIDÁTICAS E SÍNTESE TEÓRICA

As reflexões desenvolvidas nas seções anteriores permitem sistematizar implicações didáticas para o trabalho integrado entre ensino de História e ensino de Literatura via História Oral e testemunho. Nesta seção, busca-se articular essas implicações em princípios orientadores que possam subsidiar práticas pedagógicas concretas.

O primeiro princípio diz respeito à problematização das fronteiras disciplinares. O trabalho integrado entre História e Literatura não implica mera justaposição de conteúdos, mas articulação profunda entre formas de conhecimento que se complementam. Isso exige do educador capacidade de transitar entre diferentes registros epistemológicos, reconhecendo as especificidades de cada área sem, contudo, reificar fronteiras que não correspondem à complexidade dos processos de conhecimento.

O segundo princípio envolve a centralidade da memória como categoria de mediação. Tanto a História Oral quanto o testemunho literário trabalham com narrativas de memória que articulam passado e presente, experiência individual e contexto social. O educador que trabalha com essas práticas precisa estar atento às especificidades do regime memorial, compreendendo que a memória não é reprodução transparente do passado, mas construção presente mediada por quadros sociais e por processos de seleção e esquecimento.

O terceiro princípio refere-se à atenção às dimensões éticas do trabalho com testemunhos. Tanto na História Oral quanto na leitura de testemunhos literários, especialmente aqueles relacionados a experiências de violência e trauma, questões éticas são centrais. O educador precisa desenvolver sensibilidade para as implicações do ato de escutar e

de propor a leitura de narrativas que envolvem sofrimento, considerando questões relacionadas à voz, ao silêncio, à representação e à responsabilidade.

O quarto princípio diz respeito à valorização da subjetividade leitora/ouvinte. O trabalho com testemunhos, orais ou literários, envolve sujeitos que constroem sentidos a partir de seus repertórios e experiências. O educador deve acolher as respostas subjetivas dos estudantes, sem, contudo, cair no relativismo absoluto. O testemunho sobre experiências de violência, por exemplo, exige do leitor/ouvinte uma forma específica de escuta ética que não se confunde com qualquer interpretação.

O quinto princípio envolve a articulação entre análise e empatia. O trabalho com testemunhos exige do estudante capacidades analíticas, de compreensão de contextos, de identificação de estratégias narrativas, de análise crítica das fontes, mas também desenvolvimento de empatia e sensibilidade para com experiências diversas. Essa articulação entre dimensões cognitivas e afetivas é fundamental para uma educação que forme cidadãos críticos e conscientes.

O sexto princípio refere-se à contextualização histórica e social dos testemunhos. Tanto na História Oral quanto na leitura de testemunhos literários, a contextualização é fundamental para a compreensão adequada das narrativas. O educador deve proporcionar aos estudantes elementos que permitam situar os testemunhos em seus contextos de produção, evitando tanto a descontextualização quanto a redução do testemunho a mero documento histórico.

Em síntese teórica, o artigo propõe que a integração entre ensino de História e ensino de Literatura, via História Oral e testemunho, oferece:

- I. ferramentas conceituais para repensar práticas pedagógicas que envolvam memória, identidade e experiência vivida;
- II. estratégias metodológicas que articulam análise textual, escuta qualitativa e reflexão ética;
- III. possibilidades de desenvolvimento de competências transversais, como pensamento crítico, empatia, julgamento moral e compreensão intercultural;
- IV. contribuições para a formação de cidadãos capazes de reconhecer o outro em sua diferença e de se posicionar eticamente diante de narrativas que envolvem violência e injustiça.

Essas implicações didáticas, embora formuladas em nível teórico, apontam para possibilidades concretas de intervenção pedagógica, que serão exploradas em etapas futuras da pesquisa.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou propor fundamentos teóricos para a integração do ensino de História e de Literatura a partir da articulação entre História Oral, testemunho literário e a perspectiva da subjetividade leitora. Ao longo das seções desenvolvidas, articularam-se contribuições de campos diversos – Estudos da Memória, História Oral, Teoria do Testemunho, Teoria da Literatura e Mediação Literária –, para delinear um quadro conceitual que sustente práticas pedagógicas integradas.

Como principais contribuições, destacam-se: a análise das convergências epistemológicas entre História Oral e testemunho literário, evidenciando afinidades metodológicas que as tornam práticas complementares no contexto educacional; a discussão da subjetividade leitora como categoria analítica fundamental para a compreensão do regime testemunhal, ampliando o campo para além da mera transmissão de informações; e a sistematização de princípios orientadores para o trabalho integrado com narrativas de memória no ensino de História e de Literatura.

As implicações ético-políticas do trabalho com testemunhos, problematizadas ao longo do texto, emergem como dimensão inescapável dessa integração. Tanto na escuta de entrevistas de História Oral quanto na leitura de testemunhos literários, questões relacionadas à voz, ao silêncio, à representação do sofrimento alheio e à responsabilidade do educador se colocam de maneira imperativa. O artigo defende que a sensibilidade a essas questões éticas deve permear qualquer prática pedagógica que envolva testemunhos, configurando-se como dimensão constitutiva e não como mero adendo.

Como perspectivas futuras, delinea-se: a realização de estudo empírico envolvendo práticas de História Oral e leitura de testemunhos literários em turmas de ensino médio e/ou do ensino superior; a análise das produções dos estudantes (entrevistas, textos reflexivos, registros diversos) à luz dos fundamentos teóricos aqui propostos; e a sistematização de um modelo de integração didática entre História e Literatura via trabalho com memória e testemunho.

Em linhas gerais, a integração entre ensino de História e ensino de Literatura, articulada por meio da História Oral, do testemunho literário e da mediação leitora, oferece potencialidades significativas para uma educação que busque formar cidadãos críticos, empáticos e conscientes de sua historicidade. Ao tecer conexões entre campos tradicionalmente separados, contribui-se para uma compreensão mais complexa e mais fiel à natureza

interdisciplinar do conhecimento, oferecendo aos estudantes ferramentas para navegar nas tensões e possibilidades que caracterizam o tempo presente.

## REFERÊNCIAS

1. AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.
2. BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a. (Obras escolhidas, v. 1). p. 222-232.
3. BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b. (Obras escolhidas, v. 1). p. 197-221.
4. BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.
5. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
6. CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 7. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 2015.
7. DELGADO, Lucilia de Almeida N. *História oral: memória, tempo, identidades*. São Paulo: Autêntica Editora, 2007.
8. FAULKNER, William. *Réquiem para uma freira*. Lisboa: Fólio, 1958.
9. GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado: a questão do testemunho. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie; SALGUEIRO, João (Org.). *A testemunha solidária: ensaios sobre memória, literatura e trauma*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 13-38.
10. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Vertente, 1990.
11. HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: cultura, memória, história*. Tradução de Ana Luiza Andrade. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
12. JOUTARD, Philippe. *Reconciliar história e memória?* Tradução de Lúcia M. E. Oliveira. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
13. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *Fazer a história*. Tradução de Ana Maria Bessa. Lisboa: Edições 70, 1976.
14. LEVI, Primo. *É isso um homem?* Tradução de Sergio Pardilla. São Paulo: Rocco, 1988.

15. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
16. OLIVEIRA, Denise da Silva de. *Mediação e subjetividade: a autoficção de Bartolomeu Campos de Queirós como espelho do eu leitor*. 213f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.
17. PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a etnografia da escuta. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 73-92, 1997.
18. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Unicamp, 2007.
19. RICHTER, Jean Paul. Impromptü's, welche ich künftig in Stammbücher schreiben werde. In: TASCHENBUCH FÜR DAMEN: *auf das Jahr 1812*. München; Stuttgart; Tübingen: Cotta, 1812. p. 29. Disponível em: <https://digital.ulb.hhu.de/download/pdf/8065591.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2026.
20. SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Escrita e tempo: ensaios sobre literatura, história e testemunho*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
21. SELIGMANN-SILVA, Márcio. O trauma e a literatura testemunhal. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie; SALGUEIRO, João (Org.). *A testemunha solidária: ensaios sobre memória, literatura e trauma*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 39-64.
22. SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Literatura, história e trauma: o Holocausto na cultura brasileira*. São Paulo: Hedra, 2009.
23. SELIGMANN-SILVA, Márcio. A literatura testemunhal e a questão da verdade. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie; SALGUEIRO, João (Org.). *A testemunha solidária: ensaios sobre memória, literatura e trauma*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 65-86.